



GT2: CIDADANIA E CULTURA

A REPRESENTAÇÃO DOS NEGROS NA HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DA ANÁLISE DE LIVROS DIDÁTICOS

Juliana Aparecida Nunes (UEPG); Email: juu.a.nunes@gmail.com

TEMÁTICA: ENSINO DE HISTÓRIA

RESUMO: Esta comunicação apresenta os resultados do projeto de iniciação científica que busca compreender de que maneira os negros são representados ao longo da História do Brasil por meio da análise de Livros Didáticos de História do Ensino Médio. Para isso, são abordados pontos cruciais como a trajetória do negro no Brasil, o mercado editorial e todas as tensões que permeiam a produção, distribuição e utilização de Livros Didáticos. Foram escolhidos os dois livros mais vendidos do PNLD de 2015, por serem os mais recentes a estarem nas escolas, pois compreendem o ciclo de 2015 a 2017. Por meio do levantamento bibliográfico feito, percebeu-se que a maioria das pesquisas voltam-se ao período de escravidão e através da análise dos guias dos livros didáticos mais recentes ficou claro que os negros somem desses materiais a partir do fim do período escravocrata. Por esse motivo, esse trabalho pretende analisar a representação dos negros durante o Período Republicano.

Palavras chave: Livros Didáticos; Negros; História do Brasil; República; Didática da História.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo de todo o processo histórico os negros foram desvalorizados, mesmo sendo grande parte da população do Brasil. Essa realidade está diretamente ligada ao ensino, que é uma das formas principais de transmissão de valores sociais. Alguns desses valores podem ser incorporados à consciência histórica dos alunos e isso pode acabar interferindo em como eles se identificam e como identificam aos outros. Os livros didáticos estão inseridos nesse processo. Uma das consequências é que uma determinada parcela passa a não se identificar na História e assim, aumenta-se o preconceito existente com alguns membros da sociedade.

Há muito tempo, os negros lutam para garantir direitos e por representatividade no campo educacional. Um dos resultados dessa luta foi a Lei 10.639, sancionada no ano de 2003, pela qual tornou-se obrigatório incluir o conteúdo de História e Cultura Afro-brasileira nas escolas de nível fundamental e médio. Passado mais de dez anos da implantação dessa nova lei, impõe-se saber se e até que ponto esses conteúdos e personagens realmente foram incluídos nos livros didáticos, e, de que maneira estão sendo representados.



Com base nos trabalhos referentes a essa temática, foi possível perceber que o negro aparece na História do Brasil principalmente quando se trata do período da escravidão e com isso passa-se a falsa impressão de que com a abolição da escravidão esses indivíduos foram inseridos na sociedade sem nenhuma resistência ou preconceito. Pensando nisso, esse trabalho preocupa-se com as formas que o negro é representado atualmente no ensino no recorte do período republicano. Para isso, foram utilizados livros didáticos do Ensino Médio referentes ao PNL2 de 2015. As coleções escolhidas foram a História, sociedade e cidadania de Alfredo Boulos Junior e História Global- Brasil e Geral de Gilberto Cotrim- sendo ambas as mais vendidas do ano de 2015.

2. OS NEGROS NA HISTÓRIA DO BRASIL

Desde a chegada dos negros no Brasil, foi estabelecida uma situação de desvantagem em relação aos brancos, dado o próprio contexto no qual essa chegada se deu: uma mudança forçada, para atender necessidades de mão de obra, na condição de mercadoria, enfim, numa situação que, para se reproduzir no tempo, necessitou de operações ideológicas que passaram por elaborar e disseminar uma visão da população negra escrava como objetos e inferiores. Além dessa marca de origem no escravismo, o racismo é sustentado pelo cientificismo do Século XIX, que traz a ideia de superioridade da raça branca e distorce a teoria darwinista para justificar as hierarquias. Em contraposição a estes componentes de domínio e controle, a trajetória do negro no Brasil foi marcada pelas mais diversas lutas, entre elas a fuga para os quilombos, as diferentes formas de resistência e a luta pelo fim da escravidão através do movimento abolicionista (GOMES, 2011).

Mesmo com o fim da escravidão em 1888 e o fim do Império em 1889, os negros continuaram sendo alvos de preconceito pela sociedade em geral. Murinelli (2010, p.852), parafraseando Lilian Schwartz, mostra que com o fim da escravidão e o empenho das classes dominantes contra mudanças mais profundas, fez-se necessário um novo projeto político para o Brasil que justificasse a permanência das hierarquias sociais existentes. Esse projeto encontrou subsídios no darwinismo social, que responsabilizava a miscigenação entre brancos, negros e indígenas pelo “atraso” do Brasil. Através dessa teoria, intelectuais brasileiros criaram um pensamento racial próprio.

Desde a década de 30, a intelectualidade brasileira passou a preocupar-se com a busca pela modernização, progresso e com a superação do modelo de Brasil anterior. Nesse mesmo contexto, Gilberto Freyre publicou sua obra “Casa Grande e Senzala”, na qual transmitiu a ideia que as relações entre senhores de engenhos e escravos eram pacíficas, por isso, o país se consolidou sem discriminação ou preconceito. Essa ideia de democracia racial teve forte influência nas ciências humanas e passou a influenciar inúmeros estudos com essa mesma perspectiva, assim garantindo a inferioridade dos negros e mulatos por meio de uma base intelectual e culta. Além disso, o mito da existência de uma democracia racial ultrapassou os âmbitos acadêmicos e estava presente na sociedade em geral, sendo disseminada por todas as pessoas e ultrapassando barreiras de classe



social e regionalistas. O Brasil passou a ser considerado por muitos outros países um exemplo, no qual as diferentes raças conviviam pacificamente, sem conflitos e sem diferenças. Um grande problema disso é que essa atitude de negar que existe diferenças raciais no país geram um preconceito velado, mas muito perverso e, por isso não é dada a devida atenção a ele (SIQUEIRA, 2005, p. 107-115). Essa ideia começará a ser contestada pós década de 50, nas quais novos estudos mostram o fator racial como algo determinante nas grandes desigualdades socioeconômicas existentes no Brasil.

Apesar de todos os estereótipos sobre os negros criados durante o período republicano, eles persistiram em busca de seu espaço na sociedade de formas distintas, e a educação foi uma das principais alternativas. As escolas passaram a serem vistas no período republicano como uma das maneiras de propagar a nova forma de nação que estava sendo construída, tentando levá-la a grande maioria da população, mas essa educação formal era negada aos negros. Por isso, esses indivíduos criaram suas próprias instituições de ensino. Conforme Durante (2006, p. 43-52), foram criadas entidades negras que possuíam caráter cívico e recreativo, educacional e assistencialista, com isso buscavam o fortalecimento de sua identidade e a defesa de seus interesses. Outra forma de politização dos negros e de seus movimentos sociais foi a Imprensa negra. Esses jornais envolviam vários grupos que se classificavam como “associação de homens de cor”. A partir de 1915 passaram-se a multiplicar o número de títulos referentes a essa imprensa. Por meio da análise desses títulos fica evidente a variedade de posições tomadas pelos negros ao longo do período republicano e que até mesmo dentro do mesmo grupo existiam diferenças de posicionamentos. (LIBERAC e PIRES, 2005, p. 69-89). Na década de 1980, com o fim da Ditadura Militar e o início da Redemocratização, os negros conquistaram cada vez mais espaço e buscaram uma nova forma de atuação (GOMES, 2011, p.111).

3. O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

Os livros didáticos estão presentes no Brasil desde a chegada da família real. A primeira geração de escritores pode ser pensada a partir de 1827, mas conforme Ferreira e Silva (2015, p. 210-211), só passa a ocupar um lugar importante no Brasil em 1929 “quando o Estado cria o Instituto Nacional do Livro (INL), um órgão específico para legislar a propósito das políticas do livro didático, colaborando para maior legitimidade ao livro didático nacional”. Nesse momento surge uma preocupação efetiva com a popularização da educação e as políticas educacionais seguem avançando tendo em vista a formação da nacionalidade. Durante a Ditadura militar são implantados inúmeros órgãos responsáveis pela elaboração desses materiais didáticos e o governo passou a receber financiamento de capital estrangeiro para elaborar esses livros. A partir da década de 80, com a redemocratização do Brasil, é que o ensino de História ganhou força como área de pesquisa. É nesse mesmo contexto que vários grupos reivindicam seus direitos que anteriormente lhes eram negados. Em 1985 é criado o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD - com o objetivo de distribuir gratuitamente livros didáticos para as escolas públicas e em 1996 esses livros passam a ser avaliados por uma comissão.



Os critérios dessa avaliação foram estabelecidos pelo Ministério da Educação e a partir desse momento há uma maior preocupação com o que os manuais didáticos englobam de fato (MIRANDA e LUCA, 2004).

Os Livros Didáticos fazem parte de um grande mercado editorial extremamente lucrativo, representando mais da metade dos lucros do mercado editorial nacional. Isso faz com que as editoras e autores façam de tudo para que suas obras sejam selecionadas pelo PNLD para serem oferecidas as escolas públicas. Apesar das exigências desse programa, pode-se notar que as avaliações não são suficientes para que um livro esteja totalmente nos padrões ideais, pois se possuírem as qualidades mínimas e não incorrerem em fatores de exclusão, terão condições de aprovação e de figurar no Guia do Livro Didático (CERRI e FERREIRA, 2007). De acordo com Cassiano (2005, p. 282-284), o Livro Didático diferencia-se dos demais livros, pois é feito em função da escola e após seu ciclo de uso são descartados. Além disso, são produzidos pensando no professor que irá escolher os livros e não no leitor efetivo, que será o aluno. Após a aprovação na avaliação do PNLD, as grandes editoras passam para o processo de divulgação de suas obras e nesse momento usam de várias estratégias para conseguir vender seu produto. Os divulgadores vão até as escolas deixando exemplares de seus livros, tentando convencer os professores e equipe pedagógica a escolhê-los. Além disso, distribuem folders e fazem palestras com professores universitários visando vender suas coleções. Dessa forma, as grandes editoras acabam se sobressaindo e as pequenas, que não possuem recursos para fazer esse tipo de divulgação, acabam falindo ou passando pelo processo de fusão com as grandes editoras que possuem monopólio sobre o mercado do Livro Didático.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base no levantamento feito sobre estudos recentes referentes a livros didáticos, ficou perceptível que a grande maioria dos trabalhos com esse material voltam-se para os livros do ensino fundamental e que os trabalhos que abordam a questão dos negros preocupam-se, em sua grande maioria com a forma que o negro é abordado ao longo do período escravocrata. Através da análise feita com os últimos Guias dos Livros didáticos- de 2013 a 2017, ficou claro que é muito restrita a abordagem do negro no período pós-abolição nos livros. Por esse motivo, a ideia desse trabalho é refletir como os negros são representados no período republicano através de livros didáticos do ensino médio- mais especificamente com o livro do terceiro ano, pois é somente nesse ano que a República é estudada neste ciclo.

Foram escolhidos livros do PNLD de 2015 por serem os mais atuais a estarem nas escolas. O critério de seleção entre todas as coleções foi utilizar as mais vendidas por serem as que estão em maior número nas escolas de todo o Brasil, atingindo diversos alunos. Para isso, foram levantados dados disponíveis no site do FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- referente às coleções mais vendidas por componente curricular. As duas coleções mais vendidas são a História, Sociedade e Cidadania do autor Alfredo Boulos Junior, editada pela FTD, sendo distribuídos 1.385.765 livros por coleção e História Global- Brasil e Geral, do



autor Gilberto Cotrim, editada pela Saraiva que distribuiu 997.744 livros (FNDE, 2015).

No livro História Sociedade e Cidadania os negros aparecem 14 vezes ao longo do período republicano. A primeira aparição ocorre em um item a parte intitulado Para Refletir, nele aparece a presença dos capoeiras nas eleições desde o Império até a República, que mesmo sendo combatidos nesse período, continuavam sendo usados nas eleições e cita durante esse texto as observações dessa prática feitas por Lima Barreto. Ao lado, contém uma foto deste escritor seguido de uma breve explicação de quem ele era, de sua origem pobre, que ele era afrodescendente e sua luta contra as injustiças na Primeira República. Ele volta a citar os negros na política de branqueamento da Primeira República, mas simplesmente diz que só aceitavam imigrantes vindos dos países europeus devido às teorias racistas que apresentavam a superioridade dos brancos, sem fazer uma discussão mais ampla sobre isso.

A próxima menção ocorre quando está sendo abordada a Revolta de Canudos e diz que entre os quatro sobreviventes havia um negro, que depois foi assassinado assim como os outros três sobreviventes, mas em nenhum momento é mencionado o grande número de negros presentes em Canudos. Quando é abordada a questão da modernização do Rio de Janeiro, há uma imagem da favela do Morro do Pinto em 1912, na descrição dessa imagem diz que as pessoas que foram expulsas dos centros urbanos passaram a viver nos morros e que muitas dessas pessoas expulsas eram afrodescendentes, mas isso ocupa a lateral de uma imagem sem problematizar mais essa questão que gerou inúmeras desigualdades presentes até a atualidade.

Quando se trata da Revolta da Chibata, o livro retrata que grande parte dos revoltosos eram afrodescendentes e problematiza a questão de que mesmo estando na Marinha, esses indivíduos só ocupavam os cargos mais baixos. Nesse mesmo trecho diz que a origem da revolta se deu pelo excesso de chibatadas dada no negro Marcelino Rodrigues e fala do seu líder João Candido- conhecido como almirante negro- contando que após a revolta ele foi preso e internado em uma clínica psiquiátrica e nunca mais recuperou seu cargo na Marinha. Ainda, cita que por ser ex-presidiário, negro e pobre sofreu pelo resto da vida para arranjar emprego. Ao lado desse texto há uma foto de João Candido. Os negros voltam a aparecer quando é discutida a questão da política de massas feita por Getúlio Vargas em seu governo. Nessa parte, há uma imagem de Vargas e o Mestre Bimba e na descrição da imagem é explicado brevemente quem foi o Mestre Bimba e que Vargas liberou a prática da capoeira em 1937, sem maiores problematizações.

Em um item a parte intitulado Para saber mais é retratado o teatro e o racismo no Brasil no governo Dutra. Nesse item, é abordada a peça Anjo Negro escrita por Nelson Rodrigues, por meio da qual ele registrou toda sua indignação com o racismo. Ainda cita que para interpretar o papel principal foi escolhido o ator negro Abdias Nascimento, mas foi censurada e para ser liberada, o papel do negro teve que ser interpretado por um ator branco pintado com graxa. Na lateral desse item há uma foto do ator branco pintado e no final do texto há uma pergunta questionando o que se pode perceber com base na censura da peça. Novamente em um item a parte, mas dessa vez ocupando duas páginas do livro, há



uma reflexão sobre o movimento negro no Brasil utilizando a arte como forma de resistência. Esse item aborda essas expressões artísticas de 1945 até 1964- quando esses movimentos ficam delimitados devido à censura exercida pela ditadura militar. Ainda, aparecem imagens de Abdias do Nascimento e na descrição dessa imagem é dito que ele foi um grande defensor da oportunidade para os afrodescendentes no Brasil, uma imagem de Solano Trindade juntamente com um trecho do seu poema Tem gente com fome, uma imagem da atriz negra Ruth de Souza atuando na peça Quarto de despejo e a imagem de Maria Carolina de Jesus, autora dessa mesma peça e negra. No final desse item há questões que fazem os alunos refletir sobre as lutas dos negros naquele período e ligando com questões atuais, como a conquista da Lei 10.639/2003.

Uma nova menção aos negros é feita quando se aborda a elaboração da Constituição de 1988 e diz que vários movimentos sociais, como o movimento operário, indígena e negro participaram de forma decisiva nesse processo, mas sem discutir as reivindicações específicas de cada um desses movimentos. No fim da unidade três há um item intitulado debatendo e concluindo e usa como fonte um texto que discute a importância do Rap como uma manifestação afro-brasileira contemporânea e em seguida traz questões que problematizam isso. Em uma nova citação breve, é retratado que o movimento negro juntamente com os demais movimentos sociais se opuseram ao governo de Fernando Henrique Cardoso, sem maiores discussões. Aparecem novamente quando é refletido sobre problemas atuais da sociedade e é abordada a desigualdade racial ainda existente através de dados estatísticos. A última aparição dá-se numa atividade sobre o movimento de mulheres negras, na qual os alunos são estimulados a debater sobre gênero e raça, conhecer e pesquisar sobre esses movimentos, suas conquistas e seus desafios.

O livro do terceiro ano da coleção História Global- Geral e Brasil faz apenas cinco menções aos negros no período republicano. No primeiro momento, o negro é citado quando é abordado que o voto na Primeira República era destinado apenas a uma grande minoria e que o que unia os cidadãos brasileiros em geral, como ex- escravos e seus descendentes eram o futebol e o samba. Eles voltam a aparecer numa questão do ENEM referente a proibição da capoeira. Uma outra menção breve feita aos negros é quando falam que eles e mais alguns cidadãos foram para o centro de São Paulo em busca de melhores condições de vida. Em um outro momento cita os ex-escravos e seus descendentes entre as pessoas que se mudaram pra Canudos, sem maiores problematizações. Novamente volta a citar personagens negros quando se refere a Revolta da Chibata. O livro fala brevemente sobre o líder João Candido e diz que ele era conhecido como o Almirante negro, mas não reflete sobre o grande número de negros na Marinha e os cargos ocupados por eles.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise dessas duas obras é possível perceber que se tratando da questão dos negros na República esses livros didáticos ainda tem muito o que evoluir. É notável que há enormes diferenças na forma como os dois materiais abordam essa questão durante esse período.



No livro de Gilberto Cotrim os negros são citados poucas vezes e quando isso acontece é feito de forma rasa, sem fazer reflexões. Eles são simplesmente mencionados como participantes de algum processo, mas em nenhum momento é dado ênfase em todo preconceito e desvalorização sofrida por eles durante todo esse período e as consequências que isso causa até hoje. É dado pouco espaço as lutas desses indivíduos ao longo do tempo e quando eles aparecem nunca ocupam o lugar de protagonistas da história, mas sim de personagens secundários. Já no livro de Alfredo Boulos Junior, os negros aparecem mais vezes e são debatidas questões importantes como o racismo existente durante o Período Republicano, as formas de resistência e a situação desses indivíduos na atualidade. É perceptível que o autor reconhece a presença das discussões historiográficas sobre esse tema. Apesar disso, eles ganham o papel de protagonistas apenas em itens a parte e não no texto integral.

Sabendo da importância do livro didático na sala de aula, deveria ser dado maior atenção ao que ele representa ou deixa de representar, pois ele pode influenciar na consciência histórica dos alunos e na formação de identidade coletiva, assim influenciando na forma como os indivíduos se veem representados na História e ao mesmo tempo como representam aos demais.

REFERÊNCIAS

CASSIANO, C. R. de F. Reconfiguração do mercado editorial brasileiro de livros didáticos no início do século XXI: história das principais editoras e suas práticas comerciais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 287-312, jul./dez. 2005.

DURANTE, H. O orfeão e a ingoma: pedagogias negras nas primeiras décadas do Brasil republicano. **Revista PUC Viva**. n. 28, p. 43-52, out./dez. 2006.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: DIFEL, 1971.

FERREIRA, S. N.; SILVA, H. M. S. Um olhar sobre a trajetória política do Livro Didático no Brasil. In: **Anais da XII Semana de Licenciatura**, IF, Jataí-GO, p. 209-215, out. 2015.

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação. **PNLD 2015- coleções mais vendidas por componente curricular- Ensino Médio**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>>, acesso em: 04/04/2017.

GOMES, N. L. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **RBPAE**, v. 27, n. 1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

LIBERAC, A.; PIRES, C. S. “Associações de Homens de Cor” Imprensa negra, movimentos negros e ideologias sociais (1915-1937). In: SALGUEIRO, M. A. A.



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas
22 a 24 de novembro de 2017

(Org.). **A República e a Questão do Negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 69-89.

MIRANDA, S. R.; LUCA, T. R. O Livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNL. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 123-144, 2004.

MURINELLI, G. R. História Afro-brasileira nos livros didáticos: Um estudo a partir da Lei 10.639/03. In: Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas, 8, 2010, Londrina, PR. **Anais do VII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas- SEPECH**. Londrina: Eduel, 2010. P. 856-871.

SIQUEIRA, J. J. A redemocratização de 1945 e a emergência de uma nova consciência sobre a Questão do Negro no Brasil. In: SALGUEIRO, M. A. A. (Org.). **A República e a Questão do Negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 107-129.